



Senado aprova cirurgia cardíaca com cateter no SUS

Segue agora para a Câmara projeto que permite o implante, pela rede pública, de prótese de válvula coronária sem necessidade da cirurgia convencional no tórax

Foi aprovada em decisão final pela Comissão de Assuntos Sociais a proposta que permite ao paciente com estenose aórtica no coração que apresenta risco cirúrgico elevado fazer o

implante de prótese de válvula por cateter pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta vai à Câmara. Segundo o autor, Acir Gurgacz, a doença atinge de 1% a 4% das pessoas com mais de 65 anos. **7**



Jefferson Rucly/Agência Senado

Comissão de Orçamento conseguiu definir ontem o relator da nova meta fiscal

Nova meta fiscal para 2016 deve ser votada na próxima semana

A urgência para votar a nova meta fiscal para 2016, ainda em maio, desencadeou ontem intensas negociações. O governo de Michel Temer tentou que o projeto de lei fosse direto para o Plenário.

Mas o presidente da Comissão de Orçamento, deputado

Arthur Lira, designou o relator, deputado Dagoberto, e deixou a sessão suspensa para votar o parecer na segunda-feira. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o déficit pode ultrapassar R\$ 160 bilhões e anunciou sessão do Congresso para terça-feira. **5**

Conselho de Comunicação quer atuar com Unesco **2**

Supera expectativas consulta sobre eleição antecipada **3**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Gurgacz (E) faz pronunciamento sobre seu projeto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, presidida por Lobão (D)

Para Renan, Cultura deveria voltar a ter status de ministério

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que se compromete a liderar uma mudança na medida provisória do governo Michel Temer que definiu a nova composição da Esplanada dos Ministérios. Essa mudança recriaria o Ministério da Cultura, transformado pela MP em secretaria. De acordo com Renan, o peso

orçamentário da Cultura não é alto e seu rebaixamento a secretaria é prejudicial para o país. Ontem Renan se reuniu com o novo ministro do Esporte, Leonardo Picciani, que pediu a aprovação da MP que estabelece as regras antidoping necessárias para as Olimpíadas deste ano, no Rio de Janeiro. **2**

Jonas Pereira/Agência Senado



O ministro Picciani, do Esporte, conversa com o presidente do Senado, Renan

Vai à Câmara texto que prevê repelente para grávidas **7**

Avança projeto que beneficia agências de turismo **4**



Jane de Araújo/Agência Senado

Plenário aprovou mudança na definição de serviço voluntário e novo texto agora segue para a sanção do presidente

Ampliação da Lei do Voluntariado segue para sanção

O Plenário aprovou ontem uma emenda da Câmara que dá nova redação à Lei do Voluntariado. O texto considera serviço voluntário como aquele prestado sem remuneração a entidade “de assistência à pessoa”, e não “de

assistência à mulher ou de assistência social”, como na redação anterior. Flexa Ribeiro, que relatou a proposta na Comissão de Assuntos Sociais, destacou que a emenda amplia o espectro de atuação dos voluntários. **3**

Defensoria Pública da União terá novo chefe

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação de Carlos Eduardo Barbosa Paz para o posto de defensor público-geral federal. Ele terá um mandato de dois anos. A indicação agora será promulgada. **8**

Proposta acelera registro de medicamentos

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que fixa prazo máximo para que remédios sejam liberados pela Anvisa. O tempo variará conforme o tipo de medicamento. O maior prazo será de 360 dias. **7**

Frente parlamentar é criada para atuar por trabalhadores

Senadores e deputados criaram a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora, que atuará especialmente contra projetos de lei como o que permite a terceirização nas atividades-fim das empresas. **6**

Renan defende recriação do Ministério da Cultura

Para presidente do Senado, extinção da pasta seria retrocesso para o país e teria pouca repercussão no Orçamento. Ele propôs a Temer recriar o órgão por emenda a MP e se dispôs a conduzir o processo

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, defendeu ontem a recriação do Ministério da Cultura. Ele relatou a jornalistas sua conversa com o presidente interino Michel Temer na qual sugeriu que a recriação do ministério seja feita por emenda à medida provisória que trata da reforma ministerial do novo governo (MP 726/2016).

— Ele ficou de refletir. O importante era que contássemos

com a simpatia do presidente para a recriação, para não haver retrocesso no Ministério da Cultura como definidor de políticas públicas — relatou.

Para Renan, o ministério tem pequena participação no Orçamento e a recriação “não vai quebrar o Brasil”. A transformação em secretaria, no entanto, disse, terá forte impacto negativo para o país.

Primeira medida provisória editada pelo governo interino,

a MP 726 reduziu de 32 para 23 o número de ministérios, sendo a Cultura uma das pastas extintas.

Como a MP já tramita no Congresso, Renan se comprometeu a trabalhar pela recriação do ministério por meio de emenda parlamentar.

— Essa mudança pode ser feita no Congresso Nacional e eu me comprometo a conduzir o processo, como presidente do Congresso.



Segundo Renan, Michel Temer ficou de refletir sobre proposta de recriar a pasta, uma das 9 extintas pelo novo governo

Conselho de Comunicação pede imprensa livre

O presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso, Miguel Ângelo Cançado, disse que deve encaminhar ao Legislativo uma proposta de convênio com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em favor da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e do combate à violência contra comunicadores. Ele se reuniu ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

— Há muita preocupação [com o tema] na Unesco e nos diálogos que tivemos. Inclusive eles participaram da última sessão do conselho, sobre a questão da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e da violência contra comunicadores. Esse é um tema nacional e os olhos se voltam para o Brasil — afirmou Cançado.

A parceria com a Unesco foi articulada na reunião do conselho do último dia 2, em comemoração ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Na data, o colegiado recebeu o coordenador de Comunicação e Informação da Unesco

no Brasil, Adauto Soares. A intenção de Cançado é entregar a minuta do convênio nos próximos dias.

Internet e WhatsApp

O presidente do Conselho de Comunicação disse que pretende discutir na próxima reunião do colegiado, prevista para 6 de junho, a limitação da internet e o bloqueio do aplicativo WhatsApp. Segundo ele, esses são assuntos que incomodam todos os integrantes do conselho, já que é um órgão de interlocução da sociedade civil com o Parlamento.



Presidente do órgão, Cançado anuncia proposta de parceria com a Unesco

— O Conselho de Comunicação tem a sua preocupação voltada não só para violência física contra jornalistas, mas contra essa violência contra a comunicação em geral, que é esse bloqueio do WhatsApp e até essa tentativa que se fez e se faz ainda de limitação do uso da internet — disse.

Cançado ainda conversou com Renan sobre a criação de estratégias para que os senadores conheçam melhor a assessoria que o Conselho de Comunicação oferece nos assuntos que envolvem sociedade e liberdade de expressão.

— Dar maior efetividade aos trabalhos do conselho e uma sinergia maior também não só com a Presidência do Congresso, mas com o Senado como o todo. O conselho precisa ter efetividade — explicou.

Renan considerou a iniciativa fundamental e informou que vai pedir aos setores da Casa que organizem “um plano de visibilidade, de utilização das redes sociais” para fortalecer o protagonismo do conselho nas discussões legais que envolvam comunicação e sociedade.

Ministro do Esporte quer apoio para votar legislação antidoping

O novo ministro do Esporte, Leonardo Picciani, pediu ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o apoio da Casa na aprovação de projetos de interesse do ministério.

— Estamos às vésperas dos Jogos Olímpicos. Está tramitando no Congresso uma medida importantíssima para os Jogos, que é a MP 718, que trata de toda legislação antidoping, uma exigência da Entidade Mundial Antidoping para a realização dos Jogos no país — disse Picciani.

A Medida Provisória 718/2016 institui normas gerais para o controle de dopagem no Brasil, alterando a Lei Pelé e a lei que dispõe sobre normas tributárias referentes à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, no Rio.

A proposta harmoniza a legislação brasileira com o Código Mundial Antidopagem. Também cria a Justiça Desportiva Antidopagem e



Picciani aguarda votação de MP importante para Jogos Olímpicos

estabelece as competências da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), de acordo com as exigências da legislação internacional.

A MP trata ainda de temas tributários, como um regime aduaneiro especial para embarcações que vão hospedar organizadores dos eventos.

A medida aguarda análise na comissão mista e é válida até 14 de julho.

Senado aguarda definição de nova liderança do governo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que aguarda o anúncio do Palácio do Planalto sobre o parlamentar que ocupará a liderança do governo. Ele ressaltou a importância do cargo para garantir uma melhor interlocução com deputados e senadores, além de facilitar a tramitação de projetos nas duas Casas.

— Precisamos preservar o interesse nacional. Tem assuntos que precisarão, na outra Casa do Congresso, de uma tramitação mais favorável do que a que já tivemos no passado.

Renan sugeriu a escolha de uma mulher para o cargo, mas ressaltou que a decisão é do presidente interino Michel Temer.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PRESIDÊNCIA Ministro do Planejamento

11h Renan Calheiros se reúne com o novo ministro do Planejamento, Romero Jucá. Às 14h, preside a ordem do dia.

CRA Desperdício de comida

8h Audiência pública debate projetos sobre o combate ao desperdício de alimentos.

CDH Defensoria Pública

9h Comissão faz audiência sobre a pauta legislativa de interesse da Defensoria Pública.

PLENÁRIO Recursos de estados e municípios

14h Na pauta, PEC sobre desvinculação de receitas de estados e municípios.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 8h, reunião da Comissão de Agricultura. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado amplia alcance da Lei do Voluntariado

Nova redação considera serviço voluntário como aquele prestado sem remuneração a entidade de assistência à pessoa, e não à mulher

O PLENÁRIO APROVOU ontem uma alteração na Lei do Voluntariado para inserir a assistência “à pessoa” no rol das atividades de entidades públicas ou instituições privadas sem fins lucrativos em que é admitida a prestação desse serviço.

O texto aprovado é a Emenda da Câmara dos Deputados (ECD) 4/2015, ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 12/2000.



Plenário aprova emenda da Câmara a projeto do Senado sobre trabalho voluntário. Texto vai para sanção presidencial

O texto segue agora para sanção presidencial.

A emenda da Câmara troca a expressão “assistência à

mulher” por “assistência à pessoa”. O relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Flexa

Ribeiro (PSDB-PA), destacou que a nova redação amplia o alcance do projeto original, “pois inclui, sem se limitar a

assistência à mulher”.

Além disso, exclui o fecho do dispositivo hoje em vigor — a expressão “ou de assistência social, inclusive mutualidade”. A proposta foi aprovada na CAS em fevereiro.

Flexa disse que o trabalho voluntário é uma ótima oportunidade de atuação social, beneficiando toda a sociedade. Para o senador, o voluntário exerce a sua cidadania, ao mesmo tempo em que contribui para o bem-estar da comunidade como um todo. Ele acrescenta que é “altamente louvável qualquer tentativa de ampliar o espectro da atuação” do serviço voluntário.

Renan vai definir com líderes prioridades da Agenda Brasil

AGENDA BRASIL

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ontem que, a partir da próxima semana, vai conversar com as lideranças partidárias para definir quais serão os projetos prioritários para os próximos meses.

O objetivo é atualizar a lista de propostas da Agenda Brasil, pauta que busca incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

— A minha ideia é, já a partir da próxima semana, fazer novamente uma visita aos líderes partidários para, de novo, recolher as prioridades. A Agenda Brasil é plural, aberta. Nós já vota-

mos na comissão especial 25 propostas importantes, mas é chegada a hora, em função da circunstância em que vivemos, de atualizar aquela agenda, de redefinir prioridades — disse Renan.

O presidente do Senado afirmou ainda que, além das chamadas reformas estruturantes, os brasileiros anseiam por uma reforma política profunda, “que dê respostas à sociedade”.

Renan informou também que a sessão do Congresso agendada para a terça-feira, embora ainda não tenha horário definido, será destinada à votação de vetos presidenciais pendentes e do projeto que reduz a meta fiscal do governo para este ano.

Grande participação derruba consulta sobre eleições

A grande quantidade de participantes derrubou consulta pública do Senado, feita por meio do Portal e-Cidadania, sobre uma proposta de emenda à Constituição que prevê a realização de eleições presidenciais antecipadas em outubro deste ano (PEC 20/2016).

Durante a sessão de ontem, o senador João Capiberibe (PSB-AP), um dos subscritores da proposta, pediu o restabelecimento rápido do sistema.

Até o início da tarde, cerca de 40 mil pessoas haviam se manifestado, com 34,6 mil a favor e 5,3 mil contra.

— Há muita gente me ligando, houve uma demanda enorme. Isso mostra que a sociedade brasileira quer votar, sim, para resolver a crise. De cada cinco que querem eleição já, há um que não quer, portanto há uma diferença enorme — disse Capiberibe, pedindo a intervenção do presidente

do Senado, Renan Calheiros.

A PEC foi apresentada por seis senadores — Walter Pinheiro (sem partido-BA), Capiberibe, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Lídice da Mata (PSB-BA), Paulo Paim (PT-RS) e Cristovam Buarque (PPS-DF) — com a intenção de oferecer solução para a crise política do país. Os parlamentares ressaltam, entretanto, que a eleição não interromperia o processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff.

Protocolada em abril, a PEC propõe eleições diretas para presidente e vice-presidente da República em 2 de outubro.

— A consulta do portal funciona como uma espécie de escuta. Pode servir para o Senado se sintonizar com a vontade da população. Muitos senadores disseram que iam esperar a opinião das pessoas para se posicionar — disse Pinheiro.



Gerardo Magela/Agência Senado



Moreira Mariz/Agência Senado

Pinheiro e Capiberibe integram grupo de senadores que apresentou proposta

Randolfe: gestão Temer é retrocesso à ditadura militar

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) criticou na terça-feira as primeiras medidas do presidente interino Michel Temer, entre elas, a falta de mulheres e negros no primeiro escalão, a extinção do Ministério da Cultura, a intenção de diminuir o alcance do SUS e de cobrar mensalidade nas universidades públicas.

Na visão do senador, o início do governo de Michel Temer lembra um país anterior à Constituição de 1988 e se parece com o Brasil da década de 1970, época da ditadura militar.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Fátima Bezerra critica medidas do novo presidente

Em discurso na terça-feira, Fátima Bezerra (PT-RN) considerou “um retrocesso” as medidas adotadas pelo governo interino de Michel Temer, a quem chamou de “conspirador, traidor e golpista”. Para ela, as medidas são contrárias aos avanços implantados nos governos do PT. A agenda conservadora do governo, a seu ver, é demonstrada pela escolha dos ministros, pela extinção de ministérios importantes e pela fusão da pasta da Cultura com a da Educação.

A senadora defendeu a honestidade da presidente afastada e disse que continua a lutar para que Dilma volte ao cargo.

Para Humberto, quem manda no Planalto é Cunha

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que Eduardo Cunha é quem está mandando no país e é o verdadeiro presidente interino do Brasil, mesmo afastado do mandato.

Segundo o senador, apesar de não poder entrar na Câmara, Cunha organizou o bloco parlamentar do “centrão”, que reúne 350 deputados de 13 partidos, para fazer pressão sobre o presidente interino Michel Temer.

Humberto alertou que Cunha nomeou como líder do governo um grande aliado: o deputado André Moura (PSC-SE).



Jane da Araújo/Agência Senado

Atual mandatário lembra Deodoro, compara Capiberibe

João Capiberibe (PSB-AP) fez uma comparação entre o presidente interino Michel Temer e o primeiro presidente, Deodoro da Fonseca. Ele lembrou que em 1889 o marechal liderou uma quartelada e destronou Pedro II. Tanto Temer quanto Deodoro, apontou, não precisaram de votos para “ocupar o trono”. Ambos tampouco fizeram questão de mulheres em suas equipes. Acrescentou que os setores conservadores da sociedade apoiaram Deodoro e apoiam Temer.

— Não sei se o marechal chegou de volta ao futuro ou se Temer mergulhou profundamente no passado.

Raupp faz balanço positivo do início do governo interino

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que, passado o “momento histórico” da abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, na semana passada, a população aguarda medidas a serem adotadas pelo presidente interino Michel Temer para tirar o país da crise. Ele elogiou as primeiras ações de Temer.

Raupp destacou que os desafios não são pequenos. Deu como exemplo o rombo nas contas públicas e o desemprego.



Moreira Mariz/Agência Senado

Lúcia Vânia crê que Temer retomará crescimento do país

Lúcia Vânia (PSB-GO) afirmou que tudo indica que o governo interino do presidente Michel Temer terá o compromisso de retomar o crescimento econômico. Segundo a senadora, os primeiros discursos deixam claro que três eixos nortearão as ações do Executivo no curto prazo: a estabilidade macroeconômica, o investimento em infraestrutura e a atenção ao comércio exterior.

Para Lúcia Vânia, a melhora do quadro fiscal é essencial para outras ações do governo.



Moreira Mariz/Agência Senado

Cobrança do imposto será feita apenas sobre comissões e taxas de serviço recebidas pelas agências, e não sobre valor total dos pacotes, determina texto aprovado em comissão

Cálculo de ISS de agência de viagem pode mudar

O IMPOSTO SOBRE Serviços (ISS) que incide em atividades das agências de viagens pode passar a ser cobrado exclusivamente sobre a comissão recebida pela venda dos produtos turísticos e sobre taxas de serviço cobradas diretamente ao consumidor. É o que determina o PLS 388/201 — Complementar, aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A proposta segue para o Plenário.

A medida visa padronizar a cobrança de ISS sobre a venda, por exemplo, de pacotes turísticos compostos de bilhete aéreo e hospedagem. Nesses casos, a remuneração da agência de turismo ocorre na forma de comissão paga pela companhia aérea e pelo hotel. No entanto, ao cobrar o ISS, alguns municípios têm considerado como base de cálculo o valor total do pacote turístico, e não apenas a comissão recebida pela venda do pacote. O projeto visa acabar com essa distorção, argumenta o autor, o ex-senador Rodrigo Rollemberg, na justificativa do texto.



Davi Alcolumbre ressalta que texto se refere a serviços de intermediação

A cobrança do ISS é regulamentada pela Lei Complementar 116/2003, que determina ser o imposto de competência dos municípios e do Distrito Federal, podendo variar de 2% a 5% sobre a prestação de serviços discriminados em lista anexa à lei. A lista inclui “serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres”.

Para Rollemberg, a diferença de procedimentos observada



Venda de pacotes compostos de passagem aérea e hospedagem é um dos serviços que podem ter cobrança padronizada

entre municípios na cobrança do ISS se deve à falta de clareza na legislação. Com a proposta, ele quer explicitar na lei que o ISS terá como base de cálculo o valor da comissão e o valor que as agências de turismo agregam ao preço de custo dos serviços turísticos.

Intermediação

O relator do texto na CDR, senador Davi Alcolumbre (DEM-

AP), ressalta, no entanto, que a norma proposta é restrita aos serviços de intermediação, não alcançando serviços prestados diretamente pelas agências.

“No caso dos serviços de intermediação, nos parece obviamente inadequado o entendimento de que a base de cálculo do ISS seja o valor total cobrado pela agência. Isso porque, nesse caso, o tributo estaria incidindo não somente

sobre os serviços prestados pela agência, mas também sobre o montante relativo, por exemplo, a passagens aéreas, hospedagens, visitas turísticas, entre outros”, avalia.

Davi manteve emenda de redação aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que torna mais clara a regra proposta e exclui expressão que poderia gerar conflito com outras leis tributárias.

Ministro dos Transportes e presidente do BNDES devem expor prioridades a comissão

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) quer informações sobre as prioridades do novo governo para o Ministério dos Transportes (MT). Ontem o colegiado aprovou convite para que o ministro Maurício Quintella Lessa apresente seu programa durante audiência a ser agendada.

A nova estrutura da pasta incorporou a Secretaria de Aviação Civil e a Secretaria de

Portos, que possuíam status de ministério durante a gestão de Dilma Rousseff.

A comissão também aprovou convite à atual presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Maria Silva Bastos Marques, para que apresente seu plano de trabalho.

Os dois pedidos foram apresentados por Lasier Martins (PDT-RS).

Pedágio livre para quem mora perto das praças de cobrança será tema de debate

A isenção de pagamento de pedágio proposta por meio do Projeto de Lei da Câmara 8/2013 terá seu impacto tarifário avaliado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado (CI) em audiência pública. Requerimento de Wellington Fagundes (PR-MT) com esse objetivo foi aprovado ontem pelo colegiado.

O projeto isenta do pagamento, nas rodovias federais,

o veículo cujo proprietário resida ou exerça atividade profissional no município onde está localizada a praça de cobrança de pedágio.

Foram convidados representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), do Ministério dos Transportes, da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) e da Confederação Nacional do Transporte (CNT).



Wellington (ao lado de Lasier Martins) propôs debate de projeto sobre pedágio

Harmonizar normas favorece exportação, ressalta Armando

Armando Monteiro (PTB-PE) defendeu a criação de um padrão de harmonização de normas técnicas, para favorecer a exportação de produtos brasileiros para os Estados Unidos.

Ele disse que trabalhou nessa agenda como ministro do Desenvolvimento e ressaltou acordo assinado com o governo dos Estados Unidos sobre a questão.

Lasier quer ouvir Gilberto Kassab sobre recursos para ciência

Lasier Martins (PDT-RS) manifestou ontem receio de que a fusão dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e das Comunicações, no governo interino de Michel Temer, acabe por enfraquecer ainda mais o setor de ciência e tecnologia, que vinha recebendo apenas pequena parte dos recursos de 14 fundos setoriais que financiam pesquisas.

A Comissão de Ciência e Tecnologia, que é presidida pelo senador, convidou o novo ministro da pasta, Gilberto Kassab, para debater as prioridades do ministério.

Cidinho defende reforma agrária municipalizada

O programa de reforma agrária deve ser executado pelos municípios, e não pelo governo federal, defendeu Cidinho Santos (PR-MT). Ele sugeriu que o governo discuta a proposta com governadores e prefeitos. O senador disse ainda que apresentou emenda à MP 696/2016, que reestrutura ministérios, para manter a agricultura familiar no Ministério da Agricultura.

Gurgacz destaca ações para regularização fundiária na Amazônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou um “novo fôlego” para a reforma agrária na Amazônia: a transferência de terras da União para o Programa Terra Legal, que destinará quase 3 milhões de hectares para regularização fundiária na região.

Além de avaliar o programa como conquista para pequenos agricultores e assentados, o senador espera que o Terra Legal contribua para a redução de conflitos fundiários. Ele citou o caso da Gleba Corumbiara, uma área de disputa de terra no sul de Rondônia.

Audiência analisa medidas contra perda de alimentos

Iniciativas da sociedade civil e de governos estaduais e municipais para reduzir o desperdício de alimentos serão debatidas hoje em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Por sugestão da presidente da comissão, senadora Ana Amélia (PP-RS), devem participar representantes de bancos de alimentos do Rio Grande do Sul e de São Paulo e integrantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros convidados.

O debate visa orientar a votação de três projetos sobre combate ao desperdício de alimentos que tramitam em conjunto: PLS 672/2015, de Ataídes Oliveira (PSDB-TO); o PLS 675/2015, da senadora licenciada Maria do Carmo Alves (DEM-SE); e o PLS 738/2015, de Jorge Viana (PT-AC). As propostas buscam incentivar as doações de alimentos, isentando o doador de responsabilidade civil e penal em caso de dano pelo consumo da comida doada, desde que não tenha havido dolo ou negligência.

Esse será o segundo debate na CRA sobre o tema.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Projeto ia direto para o Plenário do Congresso, mas acordo com o governo definiu que a meta será discutida pelo relator na Comissão de Orçamento, deputado Dagoberto

Acordo vai agilizar votação da nova meta fiscal, que agora tem relator

DEPOIS DE INTENSAS negociações para agilizar a votação do projeto que altera a meta fiscal do governo federal para 2016, foi possível acordo para que a proposta passe pelo crivo da Comissão Mista de Orçamento (CMO) antes de chegar ao Plenário do Congresso. O relator do projeto (PLN 1/2016), designado ontem, é o deputado Dagoberto (PDT-MG).

Antes do seu nome ser anunciado pelo deputado Arthur Lira (PP-AL), que preside a CMO, o presidente do Senado, Renan Calheiros, havia informado sobre os entendimentos com as lideranças partidárias para que o projeto fosse votado direto no Plenário.

O parecer do relator deverá ser votado na próxima semana tanto na CMO quanto na sessão do Congresso, que reúne deputados e senadores. Mas para fechar o seu relatório, Dagoberto avisou precisar que a equipe econômica finalize a nova estimativa de déficit primário (receitas menores que as despesas, sem incluir os pagamentos com juros e encargos da dívida pública) esperado para este ano. O que deve ocorrer até amanhã, segundo o relator.

— Vou fazer aquilo que é correto. Se comprovarem que os números têm de ser alterados, eles serão. Se comprovarem que não têm, não serão — disse Dagoberto.

O presidente da CMO informou que está costurando



Na presidência, deputado Artur Lira conduz reunião da Comissão de Orçamento que definiu relator da nova meta fiscal

acordo para que o parecer de Dagoberto seja votado sem obstrução partidária. Lira conseguiu dos líderes o consentimento para que a reunião do colegiado, aberta ontem, fosse apenas suspensa, e não encerrada, garantindo assim a manutenção do quorum para o próximo encontro, marcado para segunda-feira. O relatório, segundo Lira, pode ser votado no mesmo dia, se houver acordo entre os líderes para dispensa de prazos, ou na terça-feira pela manhã.

“Teste de fogo”

A escolha do deputado Dagoberto para a relatoria, de acordo com o presidente da CMO, fez parte do cálculo para diminuir as resistências da oposição. O PDT, partido do relator, declarou-se independente diante do governo interino de Michel Temer.

— Estou trazendo mais um

aliado — comentou Lira.

Lira conversou terça-feira à noite com o ministro do Planejamento, Romero Jucá, e defendeu a votação do projeto na comissão, onde é mais fácil vencer as eventuais resistências à proposta. O governo chegou a negociar para que o texto fosse analisado somente pelo Plenário do Congresso.

— Ao votar na CMO, a proposta chega de maneira mais tranquila ao Plenário, com algumas resistências já superadas — apontou o presidente do colegiado. Renan Calheiros já confirmou que haverá sessão do Congresso na próxima semana, mas ainda não marcou a data.

Lira acrescentou que a votação da nova meta fiscal será o primeiro “teste de fogo” do governo Temer no Congresso, apesar de apostar na aprovação da matéria.

— Ele terá de ter maioria

consideravelmente esmagadora nessa primeira votação no Congresso, a fim de ter tranquilidade na aprovação de outras matérias que virão — avaliou Lira.

Meta atual

O PLN 1/2016 foi elaborado pelo governo Dilma Rousseff e prevê encerrar 2016 com déficit primário de até R\$ 96,7 bilhões, valor considerado desatualizado pela equipe do presidente interino Michel Temer. A meta oficial, que consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), é de superavit primário de R\$ 24 bilhões para o governo federal. Se a meta não for alterada ainda em maio, o Executivo terá de fazer forte bloqueio nas despesas para cumprir o valor previsto na LDO. E alega que esse bloqueio paralisará diversas ações ministeriais.

(Com Agência Câmara)

Deficit ultrapassa R\$ 160 bilhões, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ontem que soube pelo ministro do Planejamento, Romero Jucá, que o déficit primário deste ano já supera a casa dos R\$ 160 bilhões. Ele anunciou que pretende convocar sessão do Congresso para terça-feira pela manhã para decidir sobre a alteração da meta fiscal, que consta do Projeto de Lei (PLN) 1/2016, que tramita na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O projeto prevê alterar a meta de resultado primário de 2016, que sai de superavit de R\$ 24 bilhões para déficit de até R\$ 96,7 bilhões.

— Vamos convocar o Congresso para terça-feira e, se for necessário, vamos levar essa sessão até o fim da semana para concluirmos a votação com relação à redução da meta fiscal — avisou Renan.

Questionado sobre a urgência da questão, antes do anúncio do nome do relator na CMO, deputado Dagoberto, Renan disse que, com a concordância dos líderes, a votação seria feita pelo Plenário.

— Em conversa com o ministro Jucá, soube que o déficit já passa de R\$ 160 bilhões. Esse é um argumento definitivo para que possamos votar a redução da meta de forma urgente — completou.

Ele deve se reunir hoje com Jucá para discutir prioridades do governo no Congresso.

Wellington diz que acordo permitiu eleição de presidente

Wellington Fagundes (PR-MT) informou que a escolha do deputado Arthur Lira (PP-AL) para presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) foi fruto de ampla negociação. O senador disse que o PR teria direito ao cargo, mas concordou em abrir mão para evitar uma disputa política que poderia prejudicar os trabalhos do colegiado.

— Agora, é arregaçar as mangas e começar os trabalhos para recuperar o tempo perdido — disse.

Arthur Lira substituiu a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES). Wellington destacou que agora, com novo presidente, a comissão tem caminho livre para escolher os relatores setoriais e os relatores da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2017.

Ana Amélia quer discutir saídas para a crise econômica

Não dá pra entender como, em um país onde a inflação chega a dois dígitos, representando perda significativa do poder aquisitivo da população, onde há epidemias e mais 11 milhões de desempregados, entre outros problemas, a grande indignação manifestada é pelo fim do Ministério da Cultura, disse Ana Amélia (PP-RS).

— E 23 mil leitos hospitalares foram fechados no país! O que é mais importante, falar sobre fusão de ministério ou cuidar dessas questões?

A senadora afirmou que o superavit da balança comercial brasileira, de US\$ 13,2 bilhões de janeiro a abril, se deve “a um setor ainda amaldiçoado por muitos: a agropecuária”.



Genarido Magelo/Agência Senado

Garibaldi pede que Petrobras volte a investir no Nordeste

O leilão de concessão de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural dos campos terrestres de Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia e Espírito Santo beneficiará estados e municípios onde há poços maduros, afirmou Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). O senador pediu à nova direção da Petrobras que lance o processo de leilão, anunciado em março.

Garibaldi acrescentou que a produção total de óleo desses ativos é de 35 mil barris por dia, correspondendo a menos de 2% da produção total.

— Seus investimentos novos, estimados em R\$ 10 bilhões, incrementarão a atividade econômica.



Moneira Maia/Agência Senado

Reguffe defende redução de impostos e condena volta da CPMF

O Brasil precisa reduzir sua carga tributária e não criar novos impostos, defendeu Reguffe (sem partido-DF). O senador criticou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para quem recriar a CPMF é “indispensável” para o aumento da arrecadação neste momento de crise.

Segundo Reguffe, o governo deveria fazer o oposto, pois a carga tributária brasileira já é a mais elevada entre os países emergentes.

O senador recomendou uma “profunda reforma” que aumente a eficiência do Estado. Para ele, a redução da taxa de juros diminuirá sensivelmente o gasto do dinheiro do contribuinte e contribuirá para gerar emprego e renda.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Kátia Abreu faz balanço de gestão na pasta da Agricultura

Em seu curso de retorno ao Senado, Kátia Abreu (PMDB-TO) avaliou a atuação que teve como ministra da Agricultura. Ela disse que recebeu de Dilma Rousseff a missão de modernizar o ministério, ainda que fosse preciso quebrar paradigmas e enfrentar corporações.

A senadora destacou seu esforço de aumentar a eficiência e a transparência e reduzir os custos da pasta. Segundo ela, a atuação aproximou-se dos critérios de gestão predominantes na iniciativa privada:

— Não cansei de dizer aos secretários: pense que é a sua empresa, que o dinheiro é seu e que, se der errado, é você que vai quebrar, que vai ter de exonerar seus servidores.



Jane de Araújo/Agência Senado

Frente parlamentar atuará a favor de trabalhador

Novo grupo, lançado ontem por senadores e deputados, anuncia que prioridade é combater “pauta conservadora” do Congresso Nacional e do governo Temer

FOI LANÇADA ONTEM a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora, formada por senadores e deputados, com o objetivo de resistir à “pauta conservadora” que eles identificam tanto em projetos de lei em estudo no Congresso Nacional quanto na agenda anunciada pelo governo do presidente interino Michel Temer.

O lançamento ocorreu na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e contou com a presença de parlamentares e sindicalistas.

— Nunca vi, em meus 30 anos de vida legislativa, um momento tão sombrio para a classe trabalhadora quanto o atual — afirmou o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), acrescentando que a nova frente parlamentar não deve assumir caráter partidário.

Citando a “pauta conservadora”, ele criticou a proposta que libera a terceirização das atividades-fim das empresas, a

que prevê a predominância das negociações, e não das leis, nas relações trabalhistas e a que limita a 15 minutos o tempo de almoço dos empregados.

Paim fez críticas ao novo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, por ter defendido a liberação total das terceirizações. O senador afirmou não ter acreditado quando foi informado sobre a extinção do Ministério da Previdência e a divisão de suas atribuições entre dois ministérios.

— Parece que o que querem é mesmo rasgar, destruir a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] — criticou.

Neoliberalismo

Para o deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP), o “golpe contra Dilma Rousseff é a única alternativa dos defensores do neoliberalismo para implantar sua agenda política e econômica”, já que “eles não têm voto para ganhar as eleições”. Ele criticou o novo ministro da Saúde, Ricardo Barros, por ter defendido o encolhimento do

Sistema Único de Saúde (SUS), e lamentou o fim do Ministério da Previdência.

— Fundir a Previdência com a Fazenda é correr o risco de ver essa política pública apenas sob uma óptica fiscal. Os direitos sociais estão correndo um sério risco — afirmou.

Maximiliano Garcez, da Associação Latino-Americana de Advogados Trabalhistas, crê que a nova orientação do Ministério da Fazenda pode até aprofundar a recessão e o desemprego.

Mário Teixeira, da Central

dos Trabalhadores Brasileiros (CTB), vê na nova gestão uma “lógica puramente privatista”, que ameaça direitos sociais.

O procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, lamentou o que considera “o ataque à CLT” neste momento de crise, afirmando que a situação não foi provocada pela classe trabalhadora:

— Esses direitos estão aí há décadas e é justamente agora que precisam ser preservados, proporcionando uma vida com dignidade a milhões de famílias.

Objetivo é evitar retrocessos sociais, afirma Fátima

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) comemorou o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores:

— Temos que saudar o nascimento de mais essa frente parlamentar, que tem o objetivo muito claro de enfrentar os retrocessos sociais, previdenciários e trabalhistas que estão sendo colocados em prática agora numa velocidade grande pelo governo provisório, interino, pelo governo golpista do senhor Michel Temer.

O lançamento teve a participação de entidades representativas como Diap e Dieese, além de centrais sindicais, como CUT, CTB, Conlutas e Nova Central.



Jefferson Rudy/Agência Senado



O deputado Vicentinho e o senador Paim no lançamento da frente parlamentar

Roque de Sá/Agência Senado

Comissão debate hoje pauta da Defensoria Pública

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará hoje, às 9h, uma audiência pública para debater a pauta de projetos em estudo no Senado relativa à Defensoria Pública. O debate será realizado como forma de comemoração do Dia Nacional da Defensoria Pública, celebrado hoje.

Foram convidados, entre outros, o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Joaquim Neto, e a presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadepf), Michelle Leite de Souza Santos.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Paim defende aposentado que segue trabalhando

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a “desaposentação”, que permite ao aposentado que volta a trabalhar pedir a revisão de sua aposentadoria futura, para levar em conta as contribuições extras.

Segundo ele, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais já se manifestaram pela “desaposentação”.

— Nosso sistema previdenciário se funda na regra de que as contribuições do trabalhador devem refletir em benefício dele. Aguardamos a decisão do Supremo.

Anteontem, Paim criticou a decisão do presidente interino Michel Temer de fundir Ministérios da Previdência e da Fazenda.

Aloysio apoia reforma ministerial de Michel Temer

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) rechaçou as críticas feitas à reforma ministerial realizada pelo presidente interino Michel Temer.

— Se a criação de ministérios significasse a resolução dos problemas do Brasil, a presidente Dilma Rousseff, quando tinha 39, teria solucionado todas as dificuldades do país — afirmou.

Ele rebateu a acusação de que os programas sociais estão sendo reduzidos. E disse que os cortes orçamentários tiveram origem no governo de Dilma Rousseff.

— Quem criou o maior problema social foi o governo que acabou.



Jane de Araújo/Agência Senado

Regina processará Gentili por texto preconceituoso

Regina Sousa (PT-PI) anunciou que processará o apresentador do SBT Danilo Gentili. No dia 11, durante a sessão que decidiu o afastamento temporário da presidente Dilma Rousseff, Gentili comentou no Twitter que Regina não parecia uma senadora, mas sim “uma tia do café”.

Ela disse que não se sentia diminuída por ter sido comparada a uma “tia do cafezinho” e lembrou que foi “quebradeira de coco”, mas ponderou que o comentário foi racista e preconceituoso.

— Não vou deixar barato. O que vier dessa ação será dedicado às mulheres que servem cafezinho — disse.



Jane de Araújo/Agência Senado

“Jardineiro de Brasília” ganha tributo de Hélio José

A morte do engenheiro agrônomo Francisco Ozanan Correia Coelho de Alencar, no domingo, foi lembrada por Hélio José (PMDB-DF). O “jardineiro de Brasília”, que morreu aos 72 anos, vítima de um infarto, foi responsável pelo plantio de mais da metade dos 4 milhões de árvores da capital.

— Ozanan teve um papel especial na construção da paisagem recheada de verdes da capital. Nosso ar é melhor devido à sua dedicação. Que cada um de nós se inspire em Ozanan, em seu amor a uma causa, em seu respeito ao meio ambiente — declarou.



Moneira Mantz/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: vago
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Implante coronário por cateter no SUS vai à Câmara

Indicado para casos de mau funcionamento de válvula no coração, o procedimento de introdução de prótese por cateter não é realizado pela rede pública de saúde, somente por meio de cirurgia no tórax

PACIENTES COM ESTENOSE aórtica, doença no coração caracterizada pela abertura incompleta da válvula aórtica, poderão conseguir fazer o implante de prótese valvar por cateter pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 688/2015, que obriga o SUS a fazer o procedimento em pacientes que não possam ser submetidos à cirurgia convencional por apresentarem risco cirúrgico elevado. A proposta vai à Câmara, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

A estenose aórtica leva à obstrução do fluxo sanguíneo do coração para os diversos órgãos do corpo e pode ser fatal. Segundo o autor, Acir Gurgacz (PDT-RO), a doença atinge de 1% a 4% das pessoas com mais de 65 anos.

O relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), disse que o SUS ainda não oferece esse tratamento porque, em 2013, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do Sistema (Conitec) não



Acir Gurgacz, autor do projeto, cumprimenta Waldemir Moka, relator na CAS

permitiu o implante à rede pública. A comissão disse que a técnica é onerosa e aumenta a ocorrência de acidente vascular cerebral (AVC).

Mas, segundo Moka, especialistas dizem que os custos do procedimento no Brasil são inferiores e os benefícios, superiores aos projetados pela Conitec. Ele explicou que, no tratamento padrão, o tórax do paciente é aberto, o que pode trazer complicações graves. Já o implante é feito por uma pequena incisão em artéria da virilha, por onde o cirurgião introduz um cateter com a prótese até o coração.

Humberto Costa (PT-PE)

ponderou, no entanto, que o Legislativo não deve definir por lei o tratamento a ser usado. Para ele, os parlamentares não têm formação para decidir qual a opção adequada.

— Hoje, com o desenvolvimento tecnológico rápido, pode ser que, quando a lei for aprovada, já exista tecnologia mais moderna do que essa — disse Humberto, que se absteve de votar o projeto.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Ana Amélia (PP-RS) e Marta Suplicy (PMDB-SP) defenderam a proposta por considerarem ser um direito de qualidade de vida para os idosos.

Comissão quer ouvir ministro da Saúde sobre sistema

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, deverá explicar à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o que pensa sobre a abrangência do Sistema Único de Saúde (SUS). A comissão aprovou ontem requerimento de Humberto Costa (PT-PE) para que o ministro seja convidado para uma audiência pública. O pedido foi motivado por declaração de Barros sobre eventual diminuição do tamanho do SUS. A audiência não tem data marcada.

— Seria uma oportunidade de o Senado conhecer seus posicionamentos — afirmou Humberto.

Assim que foi empossado, Barros disse em entrevistas que chegaria o momento em

que o país não poderia mais sustentar todos os direitos constitucionais e obrigações do Estado, como o acesso universal à saúde. Ele também falou na possibilidade de reduzir os serviços do SUS. Nesta semana, recuou e disse que o tamanho do sistema não será revisto.

Em Plenário, Humberto criticou o ministro. Segundo o senador, Barros procura reduzir a abrangência do SUS e beneficiar os planos de saúde.

— Quanto mais gente pagar plano de saúde, melhor. Essa é a lógica do governo ilegítimo que muitos ajudaram a chegar sem voto ao Palácio do Planalto — protestou o parlamentar.

Ele considera que a saúde pública tem problemas e limi-

tações, mas a universalidade do direito está na Constituição e não pode ser negociada.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também criticou as declarações de Barros, que classificou de “desastrosas” e em favor da privatização da saúde pública. Em pronunciamento, o senador disse que a postura do ministro ameaça a conquista de um direito fundamental garantido na Constituição. Segundo Randolfe, Barros mostrou “insensibilidade” por demonstrar “atenção maior aos números do que às pessoas”:

— O SUS é uma das principais conquistas sociais, fruto da luta do povo brasileiro. Não aceitamos que a saúde pública seja tratada como comércio.

Avança projeto que agiliza registro de medicamentos pela Anvisa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo a projeto de lei do Senado que visa agilizar e tornar mais transparentes os processos de registro de medicamentos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O PLS 727/2015 segue agora para a Câmara se não houver recurso para votação do texto em Plenário.

Segundo o autor, José Serra (PSDB-SP), a legislação sobre a questão está ultrapassada e desmoralizada. Apesar de o prazo atual ser de 90 dias, um medicamento novo demora, em média, 500 dias, e um genérico, 1.000 dias para ter registro na Anvisa.

O projeto mantém os atuais 90 dias de prazo apenas para o registro de remédios “urgentes”. Medicamentos classificados como prioritários terão 180 dias e os demais, 360 dias.

O texto também estabelece que, em caso de descumprimento injustificado das metas e obrigações pactuadas pela agência por dois anos consecutivos, os membros da diretoria colegiada serão exonerados mediante solicitação do ministro da Saúde. A



Cápsulas de fosfoetanolamina produzidas em São Carlos (SP)

lei atual prevê a exoneração apenas do diretor-presidente da Anvisa.

O relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), acatou emenda de Dalírio Beber (PSDB-SC) para que os servidores que atrasarem injustificadamente os processos sofram processos disciplinares.

Moka também aceitou emenda de Lúcia Vânia (PSB-GO) que estabelece prazos para a apresentação de recursos pelas empresas e para a deliberação da Anvisa.

A mesma emenda exige que a edição de normas sobre matérias de competência da agência seja acompanhada de estudos de impacto no setor regulado e na saúde pública. A exigência é dispensada nos casos de grave risco à saúde pública.

Ângela protesta contra cortes sociais do governo

Ângela Portela (PT-RR) disse que o PT ficará atento para lutar contra cortes em programas sociais.



Genaldio Magela/Agência Senado

Ela citou o cancelamento da construção de mais de 11 mil moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida. Também disse que o ministro da Educação, Mendonça Filho, é de um partido (DEM) que é contra políticas que beneficiam os pobres e os negros, como a política de cotas. E acrescentou que não pode haver retrocesso nessas ações.

Gestantes podem ganhar repelente contra Aedes

O governo terá de oferecer às gestantes, de graça, repelente contra o mosquito *Aedes aegypti*. É o que propõe o PLS 72/2016, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta segue para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário.

Vanessa disse que a alta incidência de zika elevou o preço dos repelentes. Para o relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), a distribuição gratuita às gestantes é medida necessária para proteger os bebês de infecção pelo Zika.

Texto amplia direito do cônjuge de mulher que morre no parto

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou proposta que assegura licença-maternidade e salário-maternidade ao cônjuge, companheiro ou companheira de mãe que venha a falecer durante ou logo após o parto, mesmo se ela não for segurada da Previdência Social.

Como foi aprovado o substitutivo de Marta Suplicy (PMDB-SP) ao PLS 492/2015, de Aécio Neves (PSDB-MG), o projeto deve ser submetido a turno suplementar de votação.

Hoje, a Consolidação das Leis do Tra-

balho (CLT) exige que a mãe falecida seja segurada da Previdência para que o marido ou companheiro tenha direito à licença, e a Lei 8.213/1991 exige que tanto a mãe falecida quanto quem for receber o salário-maternidade sejam segurados.

O autor alega que “o interesse social principal a ser atendido com a extensão da licença ao cônjuge ou companheiro é o de oferecer o suporte necessário à criança recém-nascida, na ausência de sua mãe”.

Pela proposta, a pessoa que for beneficiada com a licença-maternidade ou com o salário-maternidade é que precisa ser segurada da Previdência.

O texto do substitutivo também garante salário-maternidade ao pai ou mãe adotante ou que obtenha a guarda judicial para fins de adoção, em caso de morte da mãe da criança.

O texto de Aécio não previa a concessão dos benefícios à companheira de relação homoafetiva, lacuna que foi preenchida no substitutivo de Marta.



Susbtitutivo de Marta incluiu as companheiras de relação homoafetiva entre as beneficiadas

Plenário aprova novo defensor público-geral

Com 48 votos favoráveis, 9 contrários e 1 abstenção, indicação de Carlos Eduardo Barbosa Paz, que não era o primeiro nome da lista tríplice, segue para promulgação

FOI APROVADA EM Plenário, ontem, a indicação de Carlos Eduardo Barbosa Paz para o cargo de defensor público-geral federal. Ele terá mandato de dois anos, permitida recondução por mais dois. A indicação agora deve ser promulgada.

O nome de Paz recebeu 48 votos favoráveis, 1 abstenção e 9 votos contrários. A bancada catarinense — Paulo Bauer (PSDB), Dário Berger (PMDB) e Dalírio Beber (PSDB) — criticou o fato de Paz ter ficado calado ao ouvir de senadores, durante a sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 3, que era o mais votado da lista tríplice feita pelos defensores. O mais votado, na verdade, foi Gabriel Faria Oliveira, defensor de Santa Catarina.

— Está em jogo a escolha de um defensor público que tem de prestar atenção ao que os senadores dizem na sessão. Naquele momento, ele deveria, pelo cargo que quer ocupar, ter dito que aquela informação não era verdadeira. Aí, sim, ele automaticamente se credenciaria para assumir a chefia de uma instituição tão importante quando a Defensoria-Geral da União — argumentou Bauer.

José Pimentel (PT-CE), que relatou o processo na CCJ, garantiu que, em seu relatório, não tratou Paz como o mais

votado da lista tríplice.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reforçou que não há obrigação legal de se aprovar o primeiro colocado das listas. Cabe ao Senado votar a indicação de um dos três, escolhido como melhor pelo presidente, independentemente de seu lugar na lista.

— Temos de resguardar a prerrogativa do Senado de escolher, se não, estaremos abrindo mão dela e transferindo uma responsabilidade que é do Congresso — afirmou.

Sabatina

Na CCJ, o próximo defensor público-geral defendeu a necessidade de levar as ações da DPU às cidades do interior. Paz acrescentou que o trabalho da Defensoria procura se valer da composição e da conciliação de conflitos para alcançar a justiça e a pacificação social.

— A DPU está presente em apenas 28,2% das seções judiciárias federais. Estimamos só conseguir atender cerca de 50% do público — informou.

Ele lamentou não haver uma carreira de apoio na instituição, que precisa do trabalho de voluntários, estagiários e servidores requisitados para realizar sua missão.

Paz ocupa a vaga decorrente do término do mandato do defensor anterior, Haman Tabosa de Moraes e Córdova.



Carlos Eduardo Paz foi sabatinado e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no dia 4 de maio

Polícia Legislativa investigará denúncia de irregularidade na indicação

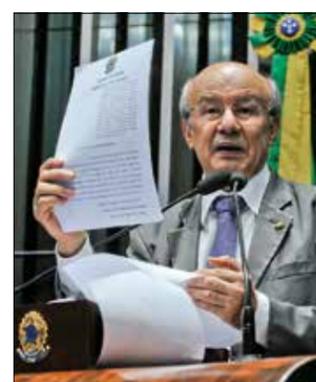
O presidente do Senado, Renan Calheiros, determinou a abertura de inquérito pela Polícia Legislativa para investigar documento anônimo que acusa José Pimentel (PT-CE) e a CCJ de cometerem irregularidades na aprovação de Carlos Eduardo Barbosa Paz para o cargo de defensor público-geral federal.

A denúncia foi levada ao Plenário por Pimentel. O senador disse que o manifesto sem assinatura pede que o Senado devolva à Presidência da República a indicação de Paz. Alega, entre outros pontos, que a indicação aconteceu em um momento no qual houve indícios de nomeações em troca de apoio político contra

o impeachment de Dilma Rousseff. Outra acusação é de que Pimentel, ao apresentar na CCJ o relatório favorável à indicação, teria dito que Paz era o primeiro colocado na lista tríplice aprovada pela Defensoria Pública da União (DPU) e encaminhada à Chefia do Executivo. O indicado não encabeçou a lista.

Pimentel mostrou o parecer aprovado pela CCJ, segundo o qual não há qualquer menção à lista tríplice. Disse ainda lamentar que os autores sejam servidores públicos que não tiveram coragem de assinar o documento.

— Pelos indícios que tenho, são todos defensores públicos da União — disse.



Pimentel diz que seu parecer não menciona posição em lista tríplice

Pimentel recebeu o apoio de vários senadores e pediu à Polícia Legislativa para identificar os autores do texto, à Advocacia do Senado para abrir processo e à Mesa para enviar um ofício à DPU.

Candidato carente poderá ter isenção em concurso

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o substitutivo a projeto de lei que isenta alguns candidatos do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos federais (PLS 295/2007). O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), apresentou voto favorável ao texto proveniente da Câmara.

O texto agora será votado pelo Plenário do Senado em regime de urgência.

A proposta beneficia os candidatos vinculados a famílias inscritas no cadastro único de programas sociais, com renda familiar per capita menor ou igual a meio salário mínimo, e os doadores de medula óssea em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde.

Para ter acesso à gratui-



José Maranhão (à mesa) conduz sessão em que comissão aprovou projeto

dade, o candidato deverá comprovar o cumprimento das exigências no momento da inscrição.

Se prestar informação falsa, o candidato poderá ser punido não só com o cancelamento da inscrição, mas também com a exclusão da lista de aprovados e até com a

anulação do ato de nomeação.

Os critérios para isenção da taxa de inscrição e as sanções a quem prestar informação falsa para acesso à gratuidade deverão vir especificados no edital do concurso.

Essa vantagem só passará a valer após a vigência da lei resultante do PLS 295/2007.

Sem consenso, votação de PEC que reduz maioria penal é adiada

Dois anos após rejeitar a redução da maioria penal pela via constitucional, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) voltou a analisar ontem a proposta de emenda à Constituição que abre a possibilidade de penalização de menores de 18 anos e maiores de 16 anos por crimes graves.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) permaneceu relator da PEC 33/2012, de Aloysio Nunes (PSDB-SP), mas, pela falta de consenso, a votação foi adiada e pode depender da realização de nova audiência pública.

A polêmica começou após a leitura do relatório de Ferraço, que elaborou um substitui-



Marcos Oliveira/Agência Senado

tivo e recomendou a rejeição de três propostas que tramitam em conjunto.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor de voto em separado em 2014 contrário à PEC 33/2012, pediu vista da proposta, solicitação transformada em vista coletiva, o que resultou no adiamento da votação por uma semana. Em seguida, Telmário Mota (PDT-RR) apresentou requerimento de audiência sobre o assunto. Ferraço e Aloysio discordaram da necessidade de nova audiência.

— Abrir um novo prazo é procrastinar ainda mais essa questão — avaliou o relator.

Comissão ouvirá novos ministros da Justiça e de Fiscalização e Transparência

Dois ministros do governo interino serão convidados a falar sobre seus planos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ): Alexandre de Moraes (Justiça e Cidadania) e Fabiano Silveira (Fiscalização, Transparência e Controle).

Os requerimentos solicitando a presença dos novos ministros foram aprovados pela CCJ na reunião ontem. O autor, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), apelou para que as audiências fossem marcadas para breve, mas ainda não há datas.

Sobre a vinda de Moraes, Randolfe citou a necessidade de conhecer as “reais intenções” do titular da pasta e de obter esclarecimentos sobre declaração que o ministro fez em entrevista, assim que assumiu o cargo, a respeito dos critérios para a indicação do chefe

da Procuradoria-Geral da República.

Ao justificar o convite ao ministro de Fiscalização, o senador destacou o fato de a nova pasta ter absorvido a Controladoria-Geral da União (CGU), que deixa de existir como órgão autônomo.